



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



LEI MUNICIPAL Nº. 814/2014.

SÚMULA: “DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE UNIFORMES AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAÍTA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, aprovou e eu, ANTONIO DOMINGO RUFATTO, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei,

Art. 1º - Deverá a Prefeitura Municipal de Paranaíta/MT fornecer uniformes padronizados aos Servidores Públicos e aos Conselheiros Tutelares do Município, a fim de fácil identificação dos mesmos.

Art. 2º - A padronização dos uniformes poderá ser realizada em razão de cada um dos setores da Administração Municipal, bem como para facilitar o desempenho das respectivas funções.

Art. 3º - É obrigatório o uso do uniforme fornecido, por todos os Servidores Públicos e Conselheiros Tutelares Municipais, sendo que a não utilização do mesmo será classificada como falta grave.

Art. 4º - Serão fornecidos dois uniformes para cada um dos servidores e Conselheiros Tutelares, cujo controle do fornecimento será realizado pela Secretaria de Administração Municipal.

§ 1º - Em sendo comprovado a necessidade do Servidor ou do Conselheiro Tutelar, poderá ser fornecido mais de dois uniformes.

§ 2º - Quando da inutilização do uniforme em razão do uso, não havendo mais como ser utilizado, o mesmo deverá ser devolvido à Secretaria Municipal de Administração para que seja substituído por uma nova peça de uniforme.

§ 3º - Quando do afastamento do Servidor ou do Conselheiro Tutelar de forma temporária, ficará o mesmo proibido da utilização do uniforme.

§ 4º - Ocorrendo a aposentadoria ou exoneração do servidor ou o término do mandato do Conselheiro Municipal, deverão ser devolvidos os uniformes em seu poder à Secretaria Municipal de Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 03.239.043/0001-12

Trabalhando por uma Paranaíta melhor para todos.



§ 5º - Em não sendo os uniformes devolvidos quando do desligamento do Servidor Público ou do Conselheiro Tutelar, serão os mesmos descontados dos direitos a serem recebidos pelos mesmos, acrescido o respectivo valor em 20% (vinte por cento).

Art. 5º - Ao receber as peças de uniforme, o Servidor e o Conselheiro Tutelar deverá assinar termo de ciência em que conste a obrigatoriedade de uso, de devolução nos casos dos parágrafos 2.º e quarto do artigo 4º e vedação contida no parágrafo 3º do artigo 4º.

Art. 6º - Os funcionários contratados, quando previstos em convênio ou contratos, pelas entidades conveniadas ou contratadas deverão utilizar uniforme com padronização definidas pela Administração Municipal.

Parágrafo único – Em casos de convênios ou contratos em que não seja necessário a contratação de funcionários, ou estes não prestarão serviços diretamente aos munícipes, fica dispensada a utilização de uniformes.

Art. 7º - Aplica-se no que couber, aos funcionários contratados pelas entidades conveniadas ou contratadas, o previsto no artigo 4.º desta Lei.

Art. 8º – As despesas desta Lei correrão pelas respectivas dotações orçamentárias, podendo ser suplementadas se necessárias.

Art. 9º – A presente Lei poderá ser regulamentada por Decreto no que for necessário.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAÍTA/MT,
Em, 01 de setembro de 2014**

**ANTONIO DOMINGO RUFATTO
Prefeito Municipal**